



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0003903-72.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**  
 Requerente: **Dalva Dulcini Marques- desacompanhado de advogado**  
 Requerido: **Elbert Aron de Oliveira Pagani – RG 45417947 – CPF 314. 459.078-95 - Desacompanhado de advogado.**

Aos 03 de junho de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$1612,00**, em **uma única parcela, a qual** será depositada no dia **08/06/15** na conta corrente do Hotel Marques Ltda, de propriedade da autora, de n **07783-2 – Banco Itaú S.A, agência 8047**, servindo o comprovante de depósito como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de **10%** sobre o saldo remanescente da dívida. No mesmo prazo o requerido se compromete entregar **3** (três) chaves, sendo uma da porta da frente, outra da porta lateral e outra do fundo, da cozinha. O não cumprimento da obrigação em relação à entrega das chaves, implicará no prosseguimento do feito, devendo a autora juntar aos autos comprovante de pagamento das despesas relativos a troca das fechaduras, chaves e outras despesas decorrente deste serviço. O requerido se compromete no mesmo prazo (8/6/15) retirar todos os seus pertences do imóvel. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: **"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o cumprimento da obrigação, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.** Eu, Antonio Carlos Polveiro, Chefe de Seção Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Requerido(s)

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA